



Câmara Municipal de Castanheira de Pera

ACTA N° 23/2000

Data da reunião ordinária: 28-11-2000

Início da reunião: 10:00 horas

Términus da reunião: 13:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Câmara Municipal de Castanheira de Pera que comparecem à reunião:

Presidente: Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques

Vereadores:

Fernando José Pires Lopes
Bebiano Antunes Rosinha
Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia
José Manuel Almeida Lourenço

Outras Pessoas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Fernanda Bebiano Nascimento Tavares dos Santos

Cargo: Chefe de Divisão

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

Resumo diário da Tesouraria: 27-11-2000

Operações Orçamentais: 68.891.567,70

Operações de Tesouraria: 24.296.604,50

Reunião de 28 de Novembro de 2000

ABERTURA

-----Aos vinte e oito dias do mês de Novembro de dois mil, nesta vila de Castanheira de Pera e sala de Reuniões sita no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência do senhor Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques e a presença dos Vereadores senhores Fernando José Pires Lopes, Bebiano Antunes Rosinha, Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia e José Manuel Almeida Lourenço.-----
-----Pelas dez horas foi considerada aberta a reunião.-----

BALANCETE DE TESOURARIA

OPERAÇÕES DE TESOURARIA -24.296.604.50-----
OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS - 68.891.567.70-----

OBRAS PARTICULARES

PRIMEIRA-----

-----ANTÓNIO FERNANDES, requer aprovação do projecto de arquitectura de ampliação de uma moradia sita em Palheira. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

SEGUNDA-----

-----JOSÉ TOMAZ RODRIGUES, requer aprovação do projecto de especialidades de reconstrução/ampliação de uma moradia sita em Vilar e emissão da respectiva licença. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

TERCEIRA-----

-----CERCICAPER - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera C.R.L. - Requer aprovação do projecto de construção do Centro de Apoio Ocupacional. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

QUARTA-----

-----ALBERT BERNARD KRONEMAN, requer aprovação do projecto de arquitectura de um parque de campismo a construir no Bolo. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo e da Direcção Geral de Turismo. Deferido.-----

QUINTA-----

-----ROGER VICTOR FRAUS HOREMANS, requer informação prévia de viabilidade de instalação de um parque de campismo e caravanismo em Vale Feitoso. Tem parecer favorável da D.G.T. O parecer do Serviço de Obras e Urbanismo sujeita a certos condicionalismos do P.D.M. a viabilidade do empreendimento. Dê-se conhecimento do teor do citado parecer ao requerente.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE

PRIMEIRA-----

-----ORÇAMENTO ORDINÁRIO E PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2001 - Presente a proposta de Orçamento Ordinário e Plano de Actividades para o ano 2001, elaborado no uso da competência que é atribuída pela alínea c) do nº. 2 do artigo 64º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, que apresenta os seguintes valores:-----

-Orçamento - 2.309.078.000\$00-----
-Plano de Actividades - 1.904.415.000\$00-----

-----Submetidos os referidos documentos a votação, foram os mesmos aprovados pela Câmara Municipal por unanimidade, tendo sido deliberado submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do nº. 2 do artigo 53º. da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE

SEGUNDA-----

-----"EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO - Recurso a crédito pela Câmara Municipal de Castanheira de Pera ." - Os empréstimos a curto prazo destinam-se, nos termos da Lei, a fazer face a dificuldades de Tesouraria, não sendo pois, considerados como receitas orçamentais. De facto, estes empréstimos mais não representam que a antecipação da cobrança de receitas. Nestes termos e usando da competência que lhe é conferida pela alínea a) do nº. 6 do artigo 64º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera propõe à Assembleia Municipal que conceda autorização para a contratação de um empréstimo a curto prazo, até ao valor de 10% das receitas provenientes das participações do Município nos Impostos do Estado, nas condições previstas no nº. 6 do artigo 24º. da Lei nº. 42/98, de 6 de Agosto - Lei das Finanças Locais, a vigorar no ano 2001 e durante o período de vigência do correspondente orçamento.-----

TERCEIRA-----

-----ACTUALIZAÇÃO DAS RENDAS DOS IMÓVEIS - Deliberado proceder à actualização dos contratos de arrendamento dos imóveis, propriedade do Município, aplicando o coeficiente de 1,022 nos termos da Portaria 1062-A/2000, de 31 de Outubro.-----

QUARTA-----

-----RECURSO HIERÁRQUICO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A CONSTRUÇÃO DO AÇUDE / PARQUE AZUL - Interposto recurso hierárquico da deliberação da Comissão de Abertura do Concurso "Açude / Parque Azul" que excluiu o concorrente "Irmãos Cavaco, S.A." do mesmo, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera delibera, nos termos do artigo 99º. do D.L. 55/99, de 2 de Março indeferir a pretensão formulada, confirmando a decisão proferida pela Comissão de Abertura do Concurso em 24/10/00 nos termos e com os fundamentos constantes do documento anexo à presente acta e que dela faz parte integrante.-----

QUINTA-----

-----COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (C.P.C.J.) - A Lei 147/99, de 1 de Setembro, visa a protecção de crianças e jovens em perigo e prevê a criação de Comissões de Protecção, que revestem a forma de instituições oficiais não judiciais, com autonomia funcional, tendo em vista promover os direitos da criança e dos jovens e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.-----

-----É igualmente um pressuposto daquela lei, a criação de comissões de protecção em todos os concelhos.-----

-----Assim, e tendo em consideração as atribuições dos municípios no âmbito da Acção Social, e atendendo ao considerável número de processos a decorrer e que até à presente data eram acompanhados e encaminhados pela Comissão de Protecção de Menores, a Câmara Municipal delibera iniciar o processo de instalação da "Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do concelho de Castanheira de Pera."-----

SEXTA-----

-----ALTERAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 8 DE DEZEMBRO DE 2000 - Tendo em consideração que o dia 8 de Dezembro de 2000 é feriado nacional, deliberado alterar a reunião ordinária para o dia 11 de

Reunião de 28 de Novembro de 2000

Dezembro de 2000 pelas 10 horas.-----

SÉTIMA-----

-----CONCURSO PÚBLICO - OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO LOTEAMENTO DAS PISCINAS - Deliberado aprovar o projecto de construção de obras de urbanização do Loteamento das Piscinas.-----

-----Mais se delibera abrir concurso público para a sua execução, nos termos do D.L. 59/99, de 2 de Março, e aprovar o respectivo Programa de Concurso e Caderno de Encargos.-----

OITAVA-----

-----INTERNET - ESCOLAS 1º CEB - Considerando que a generalização do uso das novas tecnologias de informação é fundamental para a criação de uma sociedade moderna e competitiva;-----

-----Considerando o protocolo celebrado entre a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e o Ministério da Ciência e Tecnologia, cujo objectivo é disponibilizar a alunos e professores das escolas do 1º. Ciclo de Ensino Básico a utilização educativa da Internet;-----

-----Considerando que, no âmbito do protocolo anteriormente referido, todas as Câmaras Municipais podem promover, nos respectivos concelhos, o contacto de alunos e professores das escolas do 1º CEB com a Sociedade da Informação, designadamente com a Internet, no quadro da respectiva actividade educativa;----

-----Considerando que os encargos resultantes da aquisição e instalação de todo o material informático, serão apenas suportados em 25% pelas Câmaras Municipais e em 75% pelo Ministério da Ciência e Tecnologia;-----

-----A Câmara Municipal delibera subscrever o referido protocolo e manifestar interesse na ligação de todas as escolas do 1º CEB à Internet, promovendo, deste modo, o contacto das mesmas com a Sociedade da Informação.-----

NONA-----

-----ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - No âmbito do novo modelo de gestão das escolas do Ensino Básico e Secundário, suportado pelo Decreto-Lei nº. 115-A/98, em aplicação, no presente ano lectivo no concelho de Castanheira de Pera são extintos alguns serviços como é o caso da Delegação Escolar, e, por consequência, o Conselho Consultivo de Acção Social Escolar do qual a primeira fazia parte.-----

-----Algumas das decisões relativas a esta matéria que, anteriormente, eram tomadas pelo referido Conselho Consultivo, do qual a Câmara Municipal fazia parte, e, posteriormente, ratificadas em Reunião de Executivo, passam agora a ser objecto de deliberação do mesmo. São caso disso o preço das refeições a ser praticado nos refeitórios das escolas do 1º. Ciclo do Ensino Básico, o rendimento percapita do agregado familiar para atribuição de subsídios, bem como o valor dos mesmos.-----

-----Assim, a Câmara Municipal delibera que no ano lectivo 2000/2001 sejam praticados os seguintes valores:-----

-Rendimento percapita para atribuição de escalão A - 27.500\$00;
Rendimento percapita para atribuição de escalão B - 32.500\$00;
Subsídio para compra de livros e material escolar Escalão A - 5.000\$00; Escalão B - 3.000\$00; Preço das refeições - Escalão A - 40\$00; Escalão B - 80\$00; Outros - 180\$00; Professores - 450\$00.-

DÉCIMA-----

-----PRAÇA DA BIBLIOTECA - A Firma Lusobairrada - Soc. de Construções Lda., requer a prorrogação do prazo de execução da

Reunião de 28 de Novembro de 2000

obra de Construção da Praça da Biblioteca, por 145 dias. Deferido.-----

DÉCIMA-PRIMEIRA-----

-----HABITAÇÃO SOCIAL - A Firma F. Martins - Construções e Obras Públicas Lda., requer prorrogação do prazo de execução da obra de "Construção de um Bairro Social com 20 fogos", até 31 de Agosto de 2001. Deferido.-----

DÉCIMA-SEGUNDA-----

-----HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS - Tendo em consideração solicitações verbais feitos por alguns comerciantes do concelho para que os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços possam estar abertos nos dias 1 e 8 e 24 e 31 de Dezembro de 2000 nos horários normais, em virtude daqueles dias coincidirem com feriados nacionais e domingos respectivamente, a Câmara Municipal delibera autorizar o pedido formulado.-----

-----Mais delibera submeter-se a presente deliberação à Assembleia Municipal para ratificação. Publique-se através de Editais.-----

DÉCIMA-TERCEIRA-----

-----Presente carta da Escola de Condução Castanheirense, Lda. datada de 14 de Novembro de 2000. Por o conteúdo da mesma ser ofensivo da honra e consideração do Presidente da Câmara Municipal e dos membros da Câmara Municipal e por colocar em causa, o crédito, credibilidade e confiança da Câmara Municipal, delibera-se, por unanimidade, recorrer às vias legais competentes.-----

DÉCIMA-QUARTA-----

-----ESCOLA BÁSICA INTEGRADA - Considerando que nos últimos anos se verificou um decréscimo acentuado da população escolar, ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico, dando origem a que quatro das oito escolas do concelho tenham já menos de 10 alunos;-----

-----Considerando que a tendência que se verifica nas restantes é também para a redução progressiva do número de alunos, prevendo-se que, num período não muito longo, todas as escolas do concelho, com excepção da existente na sede de concelho, possam ter menos de 10 alunos;-----

-----Considerando que a leitura do quadro anexo à presente acta nos leva a ponderar seriamente sobre a possibilidade de uma reconfiguração da rede escolar do concelho, assente em novos conceitos tipológicos de estabelecimentos de Ensino Básico;-----

-----Considerando que, mais do que nunca, urge construir uma escola que se adapte melhor à realidade do quotidiano das nossas crianças, seja capaz de acompanhar uma sociedade em evolução, e responda, minimamente, às necessidades das crianças de hoje e permita o acesso a uma educação de qualidade;-----

-----Considerando que no concelho de Castanheira de Pera existe já uma articulação vertical entre os vários níveis de ensino básico, incluindo o Jardim de Infância, o que permite já uma frequente comunicação;-----

-----A Câmara Municipal delibera iniciar um processo tendente à criação de uma Escola Básica Integrada com Jardim de Infância (EBI/JI), a funcionar em espaços físicos distintos, levando a que se concentrem os alunos do 1º. CEB do concelho numa escola de maior dimensão a construir para o efeito, bem como a construção de um outro edifício destinado a Jardim de Infância. Mais se

Reunião de 28 de Novembro de 2000

delibera remeter à Assembleia Municipal para apreciação.-----
-----O Dr. Nuno fez algumas observações, nomeadamente quanto ao eventual malefício do convívio entre classes etárias muito diferentes.-----

-----Foi informado que esse pormenor foi pensado, sendo edifícios e ocupações dos tempos livres diversas, na generalidade, havendo só alguns períodos de convívio.-----

-----O Vereador José Manuel falou sobre a questão de segurança na Escola Integrada, por ter um maior número de crianças. Foi debatido o assunto, considerando-se esta solução vantajosa pois haverá estruturas físicas e humanas para o apoio e acompanhamento de todos os utentes dos diversos níveis etários.-----

-----O Vereador Bebiano Rosinha falou dos convenientes deste tipo de escola, por uma questão de integração contínua das crianças.--

-----O Vereador Dr. Nuno sugeriu um debate com os munícipes no sentido de ser dado esclarecimento dos benefícios da Escola Integrada, transmitindo conhecimentos, tendo em vista uma eventual reacção dos pais e encarregados de educação contra o facto de deslocar as crianças para a sede do concelho e consequente encerramento das escolas das diversas aldeias.-----

DÉCIMA-QUINTA-----

-----REDE DE ESGOTOS EM SAPATEIRA - Presente relatório da Comissão de Análise das Propostas do concurso público para execução da empreitada de "Construção da rede de esgotos em Sapateira", a Câmara Municipal delibera adjudicar a obra à firma Pinto e Brás, Lda., pelo valor proposto de 38.181.512\$00, acrescido de IVA. Mais se delibera aprovar a respectiva minuta do contrato.-----

DÉCIMA-SEXTA-----

-----PRÉ-PRIMÁRIAS - Presente relatórios apresentados pelo Delegado de saúde sobre as instalações das pré-primárias de Castanheira de Pera e do Bolo. Sobre a Pré-Escola do Bolo foi deliberado proceder à alteração da instalação do esquentador, no sentido de dotar as instalações de melhor segurança. Quanto às condições de higiene, deliberado dar conhecimento à Directora da Escola das recomendações feitas no relatório, para tomar as providências necessárias no âmbito da limpeza e desinfectação aconselhadas.-----

-----Quanto à Pré-Primária de Castanheira de Pera foram indicados alguns problemas de diversa ordem. Foi prestada informação de que está a ser desenvolvido o projecto de um novo edifício para as pré-primárias.-----

Quanto a alguns dos problemas apontados, deliberado diligenciar as suas correcções de acordo com o aconselhado, para colmatar algumas situações de risco.-----

Quanto ao equipamento, este foi instalado de acordo com os diversos educadores que têm lecionado naquela escola, pelo que se depreende que seja adequado. No entanto ir-se-à averiguar se há necessidade de alguma correcção. Quanto às oscilações térmicas, o edifício têm já instalado ar condicionado e está revestido o pavimento com corticite, a fim de minimizar esse inconveniente.-----

-----Deliberado incumbir o vereador Fernando Lopes de promover uma reunião com os responsáveis da escola para debater este assunto.-

DÉCIMA-SÉTIMA-----

-----PROGRAMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA PORTUGUESA CONTRA

Reunião de 28 de Novembro de 2000

INCÊNDIOS - Presente projecto nº. 00.61.PO.0.009.0, aprovado pela C.E. relativo à protecção das florestas contra incêndios, cujo investimento é de 17.438 contos, com uma participação de 50% pelos serviços comunitários.-----

-----Sumeta-se à Assembleia Municipal o respectivo contrato, para aprovação.-----

DÉCIMA-OITAVA-----

-----ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL (Ratificação) - Considerando que houve necessidade de reforçar algumas rubricas da despesa insuficientemente dotadas e no âmbito das competências conferidas pelo nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal delibera que se proceda à ratificação da 13ª. Alteração Orçamental, no valor de 4.698 contos.-----

DÉCIMA-NONA-----

-----PAGAMENTOS - A Câmara Municipal tomou conhecimento dos pagamentos efectuados e autorizados, registados sob os números 1847; 1850; 1851; 1987; 1989 a 1999; 2006 a 2098 e 2101, no valor de 35.367.999\$00, respeitantes a Despesas Orçamentais e delibera por unanimidade ratificá-los.-----

INFORMAÇÕES

PRIMEIRA-----

-----A Câmara Municipal solicitou Planos de Actividades a diversas Associações que desenvolvem actividades de interesse de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras, a fim de estabelecer contratos programa para a atribuição de subsídios e apoios.-----

-----Oportunamente serão os referidos contratos submetidos à Câmara.-----

SEGUNDA-----

-----O Senhor Presidente informou que ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea q) do nº. 1 do artigo 64º. da Lei 169/99, adjudicou á firma Pinto e Brás, Lda. a execução da empreitada da obra de "Construção da rede de esgotos em Palheira", pelo valor de 18.313.184\$00, acrescidos de IVA.-----

TERCEIRA-----

-----VARIANTE MOREDOS / FERVENÇA - O Sr. Presidente informou que, conhecido o valor da obra em referência, a Câmara está a diligenciar no sentido de ser obtido financiamento para a sua execução.-----

QUARTA-----

-----REGIÃO DE TURISMO DO CENTRO - Presente proposta remetida pela Região de Turismo do Centro, relativa à intenção do Município da Figueira da Foz de deixar de integrar aquela Região de Turismo. O assunto foi discutido na Comissão Regional, tendo sido decidido reenviar o pedido daquela Câmara, para reapreciação, tendo em vista um reforço da Cooperação Regional. Tomado conhecimento.-----

QUINTA-----

-----Por despacho proferido pelo Delegado do Ministério Público junto do Tribunal Judicial da Comarca de Figueiró dos Vinhos, foi arquivado o processo por crime de Burla, instaurado pela escola de Condução Castanheirense, Lda., contra a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, nos termos do artigo 277º, nº.1 do Código de Processo Penal, uma vez que dos factos participados não resultar a prática daquele tipo de ilícito.-----

INFORMAÇÕES

SEXTA-----

-----Presente ofício enviado por Dr. José Cristovão, na qualidade de Advogado da Assembleia de Compartes dos Baldios da Freguesia de Castanheira de Pera, com sentença proferida nos autos de Providência Cautelar a correr termos no Tribunal Judicial da Comarca de Figueiró dos Vinhos, em que são requerentes a Assembleia de Compartes dos Baldios da Freguesia de Castanheira de Pera e requerido Fernando Correia Bernardo. Na sentença o Juiz determina a notificação de Fernando Correia Bernardo para que reconheça como válida a Assembleia de Compartes dos Baldios da Freguesia de Castanheira de Pera e todos os Órgãos e Representantes legalmente eleitos dos Baldios da Freguesia de Castanheira de Pera e se abstenha de praticar quaisquer actos ou promover quaisquer diligências em nome da requerente; também o Juiz declara inexistente a Assembleia a que Fernando Correia Bernardo se refere nas suas notificações judiciais avulsas, bem como a qualidade a que o mesmo se arroga - Presidente do Conselho Directivo dos Baldios da Freguesia de Castanheira de Pera. Tudo nos termos e com os fundamentos constantes da decisão que fica anexa à presente acta e que aqui se dá como reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

PRESENÇAS

-----Sr. Serra e Moura, morador em Botelhas falando sobre a constituição da Associação de Moradores e sua futura actividade.-

ENCERRAMENTO

-----E não havendo mais assunto algum a tratar, foi encerrada a reunião eram treze horas, pelo que de tudo se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta.-----

-----E eu, Maria Fernanda Bebianio Nascimento Tavares dos Santos, minutei, mandei lavrar e subscrevo.-----